

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p7>

“O EXTERMINADOR DO FUTURO” E O “INFERNO PRECÁRIO” DA TERCEIRIZAÇÃO E DAS REFORMAS TRABALHISTA E DO ENSINO MÉDIO

*Trabalho, trabalho
E nada é nada, não
Trabalho, trabalho
E não tenho nada
Trabalho, trabalho
E nada é nada, não
Trabalho, trabalho
E não tenho nada
Eu vivo aqui
No submundo
Buracos, favelas
Guetos e mundos*

(Trecho da música “Estrangeiro”, de Edson Gomes)

*Quem tem dinheiro consome, decide, manda e manobra.
Mas quem não tem come a sobra. Que é pra não morrer de fome.*

(Trecho da música “Quem é ninguém”, de Siba)

Como reconhecer um governo neoliberal?¹

Na edição passada, dedicamos o editorial ao tema da corrupção e do capitalismo. Nesse, vamos, mais uma vez, nos referir ao desmonte do Estado e à consequente destruição das políticas públicas e sociais. No entanto, delimitaremos nossas reflexões às questões

1 GENTILI, Pablo. **Como reconhecer um governo neoliberal – Um breve guia para educadores**. In: LUIZ HERON DA SILVA. (Org.). Reestruturação curricular – Teoria e prática no cotidiano da escola. 2ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995, p. 131.



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-CompartilhaIgual – CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

relativas à precarização do trabalho², isto é, da Reforma trabalhista, da Terceirização e do Ensino Médio, que é o assunto da seção temática que integra a presente edição.

O que se pode observar na atual conjuntura é que o capital “nunca teve tanta folga para promover suas reformas e realizar os ataques aos direitos dos trabalhadores, os quais tem sido avassaladores e os retrocessos irreparáveis, sem que haja respostas contundentes para o seu oposto”³. Ocorre, nesse sentido, uma ausência de reação à altura, apesar do esforço de mobilização dos sindicatos e movimentos sociais, no sentido de se contrapor à precarização e terceirização irrestritas que ameaçam o sistema trabalhista. Em contraponto a esse imbróglio destrutivo da antipolítica, podemos vislumbrar o advento das manifestações de rua contra o atual governo, que tem como meta a defesa dos mais importantes direitos individuais e coletivos consagrados pela Constituição Federal de 1988. No entanto, diante das manipulações das máfias golpistas, presentes no executivo, legislativo, judiciário e na mídia, essas manifestações têm, nesse momento, paralisado os movimentos sindicais. Isso os obriga, diuturnamente, a rever antigas e buscar novas estratégias de resistência e enfrentamento diante de tamanho do estrago nas leis e direitos dos trabalhadores⁴.

Nessa linha de reflexão, cumpre destacar que essas políticas de destruição dos direitos dos trabalhadores se situam no âmbito da simbiose diabólica entre neoliberalismo e neoconservadorismo. O neoconservadorismo, conforme já evidenciamos em edições passadas, traz consigo uma articulação intrínseca com o neoliberalismo, que, por sua vez, se articula com o terreno “profícuo” para a espoliação e as destruições dos direitos e subjetividades dos trabalhadores. Esse neoconservadorismo ganha força política através da chamada bancada BBB - Bala (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento), Boi (agronegócios) e Bíblia (pastores evangélicos fundamentalistas). É dessa fusão perigosa para a construção da cidadania que **são** ditadas as posições neoliberais e neoconservadoras no Senado, Câmara dos Deputados, TSE, Ministério Público, sistema judiciário e outras instituições oficiais.

No início do editorial se destaca a pergunta formulada por Pablo Gentili: “como reconhecer um governo neoliberal”? Essa pergunta pode ser respondida em todas as páginas desse editorial, quando estamos nos referindo às mazelas do governo golpista *temer et caterva*, trupe de saqueadores dos cofres públicos e responsáveis por recolocar o Brasil no mapa mundial da pobreza. Convém assinalar que se trata de uma concepção de Estado de políticas neoliberais que, em sua essência, defende o mercado e o Estado **mínimo**. **Esse tipo** de concepção se constitui “numa ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON apud LIMA, 2003)⁵.

2 BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, (Mundo do Trabalho), p. 249.

3 NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do Trabalho - IV TERCEIRIZAÇÃO: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 11. [Ver também *Revista Carta capital*, 16 de agosto de 2017, Ano XXIII, no. 965].

4 NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do Trabalho IV TERCEIRIZAÇÃO: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 11

5 LIMA, Vanderlei Schneider. **O direito do trabalho: flexibilização e desregulamentação**. Ponta Grossa: UEPG, 2003, p. 44.

Com efeito, para os governos neoliberais, “a interferência da política” nas questões sociais gera, ela mesma, ineficiência e improdutividade. Os golpistas governantes, neoliberais de plantão, apoiam-se na doutrina do Estado mínimo, sacrificando os serviços públicos, especialmente os servidores, engendrando a “privatização de tudo” e a precarização das relações de trabalho via das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da terceirização⁶. Portanto, no presente, esses “exterminadores do futuro” defendem uma suposta liberdade, num clima de alta repressão e retorno a práticas da ditadura militar, travestido de uma pretensa legalidade, oferecida por um judiciário igualmente comprometido e cúmplice. Fazem tudo isso em nome de uma suposta erradicação da miséria, má distribuição de renda, desemprego, reforma agrária e outros pontos da agenda social. Mais ainda, contraditoriamente, defendem o trabalho precarizado e a terceirização como caminho para superar esses pontos aludidos da agenda social já referidos⁷. Na perspectiva neoliberal, o mercado aparece como a contraface dinâmica e flexível que, na medida em que garante necessariamente a competência (não há mercado sem competência), permite desdobrar uma série de estratégias e opções onde os “atores” podem ser premiados ou castigados em virtude da posse ou não do atributo instrumental: o *mérito*!⁸

Essas reflexões estão tradicionalmente sempre presentes em nossos editoriais, estamos apenas reiterando nossas posições políticas críticas e radicais contra o Golpe de Estado que culminou com impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, impetrado pelo ilegítimo governo: michel temer, “o exterminador do futuro”, ou melhor, do “futuro do presente”.

Nessa linha de pensamento, vimos fazendo em nossos editoriais uma espécie de “Radiografia do Golpe”⁹, tentando mostrar como este governo, com sua “educação temer(ária)”, vem trazendo enormes consequências destrutivas para as políticas públicas e sociais, e que impacta e reverbera, destrutivamente, sobre a Educação, Educação Física e para o conjunto maior da sociedade brasileira.

Diante de todo esse quadro de desmonte do Estado, vimos, sobretudo, denunciando o ódio à democracia, cujos efeitos bombásticos podem ser traduzidos no ódio à cidadania, ódio aos trabalhadores, ódio às minorias. O que está em pauta no Brasil é uma democracia ou uma “[des] esperança equilibrista”? A resposta plausível é que a “democracia” brasileira encontra-se na “corda bamba equilibrista”, ou seja, por um lado, “o autoritarismo enevoadado pelas formalidades legais falsamente democráticas, desestruturadoras e destrutivas dos direitos políticos e sociais; por outro lado, a luta dos trabalhadores empobrecidos,

6 LIMA, Vanderlei Schneider. **O direito do trabalho: flexibilização e desregulamentação**. Ponta Grossa: UEPG, 2003, p. 44.

7 SILVA, Maurício Roberto. **Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica**. São Paulo: HUCITEC; Ijuí: Unijuí, 20013.

8 GENTILI, Pablo. **Como reconhecer um governo neoliberal – Um breve guia para educadores**. In: LUIZ HERON DA SILVA. (Org.). – Reestruturação curricular – Teoria e prática no cotidiano da escola. 2ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995, p. 131.

9 SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016. REVISTA PEDAGÓGICA | V.19, N.40, JAN./ABR. 2017. 8 Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento” dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)” e Escola sem Partido

amparados pelos movimentos sociais e sindicais, em busca da garantia dos direitos. “E quanto às instituições, pouco se espera delas, considerando que estão enlameadas no golpe e fortemente facciosas”¹⁰. Todo esse processo imposto pela antipolítica traz em seu bojo “o fascismo e a exceção”, reproduzindo, cotidianamente, repressões, abusos de poder, perseguições, criminalização dos movimentos sociais e sindicais, ilegalidades. Isso tudo vem sendo engendrado num clima de conciliação de interesses de classe e pacto em favor dos poderosos e verdadeiros corruptos. São eles que solapam o erário da República sob a anuência da (in)justiça brasileira, que vem provocando inseguranças sociais, políticas e jurídicas desde a derrubada da Presidenta Dilma. Todo esse “saco de maldades” e de ódios vorazes do governo temer e seus aliados consubstanciam-se na destruição dos direitos dos trabalhadores que, por sua vez, se materializa nas reformas: da Previdência, Trabalhista, Terceirização, Ensino Médio e entre outras. Quando se vê a perda dos direitos sociais dos trabalhadores e o aumento do fosso das desigualdades sociais, é oportuno refletir num dos trechos da epígrafe do editorial, na música de Siba “Quem e ninguém”: “*Quem tem dinheiro consome, decide, manda e manobra. Mas quem não tem come a sobra. Que é pra não morrer de fome*”.

De fato, quando se observa a prática dos governos neoliberais, sobretudo no Brasil e América Latina, percebe-se um aumento das diversas formas flexíveis ou instáveis de emprego, as quais estão inseridas nos processos de difusão das tecnologias da informação e comunicação, de reestruturação econômica em escala global e, finalmente, de flexibilização do mercado de trabalho e de intensificação dos cartéis e monopólios na economia global. Esses se constituem atualmente um dos aspectos mais importantes do mercado de trabalho¹¹. Nessa perspectiva, há um crescimento do desemprego estrutural e do emprego instável, frequentemente precário. Essas são as grandes questões sociais e objetivas que todos os trabalhadores, em nosso caso, os trabalhadores da Educação Física, são obrigados a experimentar nas suas ações pedagógicas nas escolas, academias, clube, escolinhas de esporte e outros.

No que se refere às mudanças na legislação do sistema trabalhista, é relevante deixar claro que são todas “reformas medievais”, cujos principais interessados e envolvidos na trama golpista de acumulação de capital são deputados, senadores e juristas, os detentores do capital que, enquanto políticos-empresários, são financiados por grandes empresas e são os principais artífices das reformas contra os trabalhadores”¹².

A contrarreforma Trabalhista, recentemente aprovada, altera em 100 pontos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), retirando direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Foi assim que fomos acompanhando, na “calada da noite” em que se transformou esse país, a destruição dos direitos dos trabalhadores, principalmente, aqueles

10 FONSECA, Francisco. **Como enfrentar a crise: A democracia no Brasil ou a {des} esperança equilibrista**. LE MONDE DIPLOMATIQUE. Julho/2017, p. 9.

11 KOVÁCS, Ilona. **Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades**. Oeiras, Portugal: CELTA, 2005.

12 REVISTA CAROS AMIGOS. **Editorial: Patas de gato**. Ano XXI, nº. 244/2017.

atacados pelas reformas da Previdência, Trabalhista e a Terceirização; além da chamada PEC da Morte ou PEC das desigualdades, entre outras.

Aliás, vale lembrar que a Revista *Motrivivência* já havia tematizado sobre a perda dos direitos dos trabalhadores e a terceirização em algumas edições¹³. Naquelas, trouxemos para o debate questões que servem para se repensar na atualidade, quando estão em pauta as consequências da contrarreforma trabalhista e das terceirizações, tais como: reflexão filosófica da categoria Trabalho para pensar a Educação Física e suas atividades laborais no âmbito da chamada reestruturação produtiva ou “precarização flexível”.

Essas edições abordaram Trabalho, Educação e Formação Humana; Educação Física, Esporte e Trabalho na atualidade; Dimensões da crise estrutural do capital e suas consequências para/na Educação Física, Esporte e Lazer; precarização e exploração do trabalho na Educação Física, Esporte e Lazer; Neoliberalismo e o sistema CONFEF/CREFs; Diretrizes Curriculares e a apologia ao “mercado de trabalho”; as relações entre saúde e trabalho no cotidiano dos professores e professoras de Educação Física; Formação Profissional, Mundo do Trabalho e Sindicalismo. Decorrentes desses debates, as edições supramencionadas abarcaram os seguintes eixos investigativos: conceituação da categoria trabalho; trabalho e ontologia do ser social; trabalho e capital; trabalho e educação, trabalho e formação humana; trabalho e precarização; trabalho, Educação Física e “educação para além do capital”; Educação Física e mercado de trabalho; currículo e trabalho pedagógico; Educação Física e reestruturação produtiva; trabalho e diretrizes curriculares; trabalho e lazer; o sistema CONFEF/CREF; Educação Física e empreendedorismo; Educação Física e o mercado do trabalho do fitness (academias); Educação Física e educação no campo entre outros. Há uma grande diversidade de conteúdos que podem vir a se constituir numa espécie de antologia sobre a problemática do trabalho na área.

De volta à contrarreforma trabalhista, é mister compreender que todo esse processo de desefetivação, desrealização e brutalização está situado na crescente mercantilização (processo de privatização) dos bens e serviços públicos e, especialmente, na educação, a partir da tendência neoliberal de flexibilização e privatização da educação pública, e que “o único impulso do capital é valorizar-se e reproduzir-se, criar mais valia, absorver com sua parte constante os meios de produção e a maior massa possível de mais-trabalho”, Sendo assim, quando estão em jogo as perspectivas ontológicas, ideológicas e epistemológicas do trabalho docente, seja na esfera privada ou pública, o que está “na ordem do dia” da lógica neoliberal é a destruição da classe-que-vive-do trabalho, da educação e dos

13 REVISTA MOTRIVIVÊNCIA (dossiês) - volumes: n. 35: Educação Física e o mundo do trabalho (I), Ano XXII, Dez./2011; n. 36: Educação Física e o mundo do Trabalho (II), Ano XXIII, junho/2011.

trabalhadores da educação, sob a égide do trabalho-morto, que age e se reanima “à maneira dos vampiros, chupando trabalho-vivo e que vive tanto quanto mais trabalho-vivo chupa¹⁴”.

Na verdade, a reforma Trabalhista representa um enorme retrocesso nas leis trabalhistas vigentes e foi considerada inconstitucional por diversas entidades ligadas ao trabalho: Frente Associativa de Magistratura, Ministério Público (FRENTAS), Ministério Público do Trabalho (MTP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e o Sindicato Nacional dos Auditores fiscais do Trabalho (SINAIT). Segundo essas entidades, essa contrarreforma está contaminada “por inúmeras, evidentes e irreparáveis inconstitucionalidades e retrocessos de toda espécie, formais e materiais”. Nessas mudanças das leis trabalhistas, as principais críticas são: “a prevalência dos acordos coletivos de trabalho, definidos entre as empresas e trabalhadores, sobre as leis trabalhistas definidas na CLT, o chamado ‘acordado sobre o legislado’, que pode ser aplicado ao parcelamento das férias em até três vezes, a jornada de trabalho (de até 12 horas diárias) – que significa ‘morrer trabalhando’; redução de salário, alterações no plano de cargos e salários – que poderá ser mudado constantemente – uma vez que não haverá necessidade de homologação no Ministério do Trabalho ou qualquer órgão público, nem registro em contrato de trabalho, banco de horas e trabalho em casa”¹⁵.

Também se integram a todas essas destruições as seguintes perdas dos direitos trabalhistas:

Poderão ser negociados também o enquadramento do grau de insalubridade e a programação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia do Ministério do Trabalho; no caso das mulheres grávidas, o PLC aprovado prevê a possibilidade das gestantes trabalharem em condições insalubres, como exposição a produto químicos, barulho, calor, frio ou radiação em excesso, desde que a insalubridade seja de grau mínimo ou médio, e que elas apresentem um atestado médico permitido. [...] A contrarreforma cria ainda o “trabalho intermitente”, permitindo que os trabalhadores sejam pagos por período trabalhado, sem que haja garantia de jornada mínima¹⁶.

Como se pode perceber, a nova lei precariza, de forma violenta, as relações de trabalho e privilegia o empresariado, o grande capital, que se expressa na “ética na política”, centrada na corrupção e nas propinas. Em síntese, engendra o “trabalho duro e flexível”, que na vida cotidiana laboral semeia dor, medo, desespero e sofrimento, a exemplo do que vivenciaram os trabalhadores no início do século XX¹⁷.

14 MARX, K. & ENGELS, F. **Trabalho alienado**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Karl Marx e F. Engels: História**. São Paulo: Ática, 1978, p. 179-180

15 BERNARDO, Marcia Hespagnol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

16 InforANDES. **Congresso aprova lei que acaba com direitos trabalhistas**. InforANDES, nº. 72, Brasília (DF), Julho 2017, p. 16.

17 InforANDES. **Congresso aprova lei que acaba com direitos trabalhistas**. InforANDES, nº. 72, Brasília (DF), Julho 2017, p. 16.

A reforma Trabalhista, as terceirizações e a Reforma da Previdência se circunscrevem naquilo que os sociólogos do trabalho chamam de “aviltamento do trabalho”. É nesse imbróglgio entre capital e trabalho que a chamada classe-que-vive-do trabalho também é reconhecida como “subproletariado” ou “precariado”. Na verdade, nessa nova morfologia do trabalho, estamos falando do aumento do novo proletariado fabril e de serviços que, em escala mundial, se expandem e se materializam nas diversas modalidades de trabalho precarizado. Nesses meandros se encontram os terceirizados, subcontratados, “*part time job*”.

Olhando para as transformações do mundo do trabalho, presentes nas políticas do governo Temer, estão a flexibilização e a terceirização, que também marcam as políticas de trabalho na maioria dos governos neoliberais em todo o mundo. Assim é que, no interior da flexibilização da organização do trabalho, a terceirização representa sua principal forma, isto é, constituindo-se numa política de gestão que estão sintetizados de maneira articulada nas políticas neoliberais. Tudo isso se dá à medida que há “uma nova facilidade de se adaptar às novas exigências produtivas do mercado, impostas pelas dimensões estruturais do trabalho”. Elas podem ser consideradas como formas inexoráveis e definitivas para as estratégias empresariais, que imprimem um caráter flexível à gestão. Que se desobriga de tudo que é fixo, rígido ou estável através dos distintos “usos” da força de trabalho¹⁸.

Convém esclarecer que nesse “inferno precário”¹⁹, a terceirização implica em precarização, considerando que se trata de um mecanismo importante de concentração de riqueza e transferência de renda do trabalho para o capital. A terceirização favorece o mercado informal global em condições degradantes e iníquas, uma vez que avilta os salários, enfraquece a organização sindical, dificulta o sentimento de identidade e pertencimento de classe, destrói os direitos e conquistas dos trabalhadores em geral e, especialmente dos trabalhadores da Educação (Educação Física), além de potencializar os riscos de adoecimento, sofrimento e de acidentes de trabalho²⁰. Todo esse processo histórico protagonizado pelo chamado “precariado” se verifica sob o comando do mais destrutivo dos capitais: o financeiro. Isso significa que, para além do culto apologético do “empreendedorismo, da “economia digital”, do “trabalho online” (telemarketing), além de outras formas de trabalho, o que temos presenciado na atual conjuntura é: a explosão da informalidade exacerbada, da flexibilização degradada, da precarização ilimitada, cujas consequências são nefastas para a classe trabalhadora ao gerarem desemprego estrutural, subemprego por “desalento” e, como já foi mencionado, acidentes, adoecimentos, assédios, mortes e suicídios.

Nesse âmbito, as grandes corporações, apesar de se propugnarem pela “responsabilidade social e ambiental”, terminam exercendo uma devastação completa das condições de trabalho em escala planetária trabalho²¹. Nesses termos, há um enorme crescimento de um contingente de trabalhadores precarizados, que terminam por se tornar “reféns das artimanhas da voracidade e racionalidade capitalista”.

18 ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

19 BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista** [já citado].

20 *Id. ibidem*.

21 *Id. ibidem*.

Conforme vimos, esse “inferno precário” abrange informalidade e precarização, embora não se possa confundir, necessariamente, informalidade com precarização, uma vez que o trabalhador pode perfeitamente estar precarizado, mesmo que submetido a relações formais de emprego²².

O conceito de “precarizado precarizado” pode muito bem servir de fio condutor e fonte de inspiração para plasmar a situação do labor dos trabalhadores em Educação e Educação Física nos âmbitos formal (os ACT’s nas escolas públicas) e informal (o subemprego e os “estágios” nos clubes, academias etc.), conforme já abordado em outros editoriais dessa revista²³. Naquela ocasião, advertíamos que:

[...] essas idiosincrasias do mundo do trabalho no capitalismo não estão dissociadas das especificidades das práticas corporais da Educação Física, Esporte e Lazer. Essas questões, situadas nas tensões entre trabalho e capital, estão intimamente relacionadas à produção material da existência, considerando as contradições e dilemas enfrentados pelos trabalhadores de todas as categorias, e, é claro, pelos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Física brasileira²⁴.

Face ao exposto, podemos dizer que tanto os corpos dos professores efetivos, quanto dos ACTs, com seus contratos temporários, podem ser chamados corpos “boias-frias” ou corpos precarizados (corpos produtivos), embora a expressão “professor boia-fria” refira-se mais àqueles professores que vivem²⁵ migrando de escola em escola, à procura de trabalho, sem vínculos permanentes com os locais de trabalho e pouca organização sindical ou política como resistência. No entanto, convém advertir que centrar as análises na situação específica dos ACTs não significa absolutamente afirmar que os professores efetivos vivem em situação muito diferente, pois os mesmos estão envolvidos na mesma precarização, imposta pela lógica das políticas neoliberais. Significa, isso sim, compreender que a estabilidade no emprego, no modo de produção capitalista, é uma conquista colossal para a classe trabalhadora e que, nesse sentido, cada limite, carência e precarização encontrada pelos professores efetivados torna-se ainda mais penosa para os professores admitidos em caráter temporário (ACTs), como por exemplo, o não pagamento do Piso Nacional do magistério na carreira docente.

A Educação Temer(ária) e os retrocessos da Reforma do Ensino Médio

Tão logo se instalou o governo ilegítimo de (fora!) Temer, uma das primeiras demonstrações do que continha o saco de maldades dos golpistas foi a escolha do

22 *Id. Ibidem.*

23 REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, n. 35 (2010) e 36 (2011), já referidos.

24 REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, n. 35: Educação Física e o mundo do trabalho (I), Ano XXII, Dez./2011, p. 145.

25 BEVILACQUA, Alcione. **Trabalho e identidade docente: Desencantos e esperanças nas narrativas de professores da região Oeste de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. PPGE/Unochapecó, Setembro de 2017.

Mendoncinha – “o maior corrupto”, segundo o delator Sérgio Machado –, justo para o cargo de ministro da Educação! Imediatamente o ministro golpista não hesitou em receber em seu gabinete líderes do Movimento “Revoltados On line”, MBL, o ex-pastor Marcelo Reis e ninguém menos que o ator pornô e deseducador da sexualidade brasileira, Alexandre Frota, para tratarem, entre outras coisas, da defesa de projetos de lei que buscam evitar “doutrinação ou assédio ideológico”, considerado o embrião odioso da “Escola sem Partido”. Daí em diante, movidos pela lógica neoliberal e neoconservadora que cultiva o ódio de classe, oriundo da bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia), o ministro da Educação, começou sua plêiade destruições na Educação brasileira, com sua “Educação Temer(ária)”.

A partir desse sustentáculo anticivilizatório e antidemocrático, o neoliberalismo e o conservadorismo temer(ário) provem a cada dia a destruição do Estado e a violência do “apagamento” dos direitos sociais e, conseqüentemente, das políticas sociais e educacionais. Assim sendo, a “Educação Temer(ária)” pode ser concebida como uma educação que não atinge apenas os trabalhadores da educação, mas a todos os trabalhadores, a toda a sociedade civil. Ela, através de suas ações, já indica repercussões teórico-práticas, epistemológicas e ideológicas sobre a educação pública. Em linhas gerais, podemos evocar algumas distorções, equívocos e contradições nas políticas educacionais, provocadas pelo atual governo temer-Mendonça para a educação brasileira, a saber: a reforma do Ensino Médio, as tentativas de privatização da educação (mercantilização), a onda de repressão prometida e já em prática da chamada “Lei da Mordação” (Escola sem Partido), a retirada das questões de gênero da BNCC (Base Nacional Curricular Comum), entre outras.

A Educação Temer(ária) contém em seu bojo muitos equívocos, conservadorismos, retrocessos e questões que precisam serem esclarecidas, como por exemplo: o que se pretende ao falar em educação escolar? Formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho? Conceber diplomas que enriqueçam currículos? Favorecer o acesso a melhores salários? Essas questões são essenciais, sobretudo, considerando que grande parte delas surge do ideário neoliberal e pós-moderno, cujas premissas se assentam, em pleno século XXI, na fé no livre mercado “como capaz de distribuir riquezas e sanar desigualdades sociais”; premissa esta nunca comprovada pelos fatos históricos. Outra questão a ser considerada nesse tipo de educação excludente e repressora reside no fato de que “a escolaridade deixa de cumprir o seu papel quando não forma consciência crítica e protagonismo social. A liberdade humana não pode ser confinada à mera escolha de diferentes produtos da prateleira do supermercado. Deve ter como fundamento não a preferência do consumidor, e sim os direitos do cidadão e da ética em sua amplitude social”²⁶.

A educação Temer(ária) caminha em suas ações no sentido contrário ao projeto inclusivo e democrático que vinha sendo construído pelos governos anteriores. Por exemplo, o novo ministro logo interveio no processo de discussão da Base Comum Curricular Nacional (BCCN), que vinha sendo construída com ampla discussão junto à comunidade

26 .BETTO, Frei. Educação Temer(ária). REVISTA CAROS AMIGOS. Ano XIX, n. 239, p.30. 16. Ver também Editorial: Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento “dos direitos sociais, “Educação Teme r (ária)” e Escola sem Partido REVISTA PEDAGÓGICA | V.19, N.40, JAN./ABR. 2017

acadêmica e de gestores públicos²⁷. Um dos argumentos para tal ato autoritário foi que o governo iria propor antes uma “nova” concepção de ensino médio; e essa veio logo, com ainda mais autoritarismo, por medida provisória, sem nenhuma intenção de diálogo com a sociedade e amparada numa massiva campanha publicitária (que transferiu muitos recursos públicos para as redes de televisão, parceiras do golpe!).

Foram muitos os pontos do documento que se tornaram objeto de crítica, como por exemplo o fato de projetar uma flagrante tendência neoliberal para o ensino médio, propondo uma formação cada vez menos humanista (Sociologia, Filosofia e Artes deixariam de ser obrigatórias, por exemplo) e cada vez mais instrumental, com vistas à inserção precarizada dos jovens no mercado de trabalho. Como se sabe, a despeito da ampla mobilização de vários setores educacionais e sociais, a medida provisória foi aprovada pela maioria golpista do congresso e transformou-se na lei n. 13.415/17, que altera diversos itens da LDB n.9394/96 e institui o “novo” ensino médio²⁸.

O componente curricular Educação Física também esteve na linha de fogo da medida provisória, pois inicialmente ele deixaria de ser obrigatório. Na aprovação final da lei, assim como os demais componentes (exceto Matemática, Português e Língua Inglesa – esta última como mais uma manifestação inequívoca da intenção neocolonizadora do atual governo!), a Educação Física permaneceu obrigatória, mas não na totalidade do “novo” ensino médio, o que abrirá novas frentes de disputa no âmbito do ensino público e privado em estados e municípios.

Em que pese a urgência e a necessidade dessa discussão político-legal e pedagógica mais geral, acreditamos que este é um momento oportuno também para que a Educação Física reflita sobre o seu papel no ensino médio: o que vimos fazendo e o que propomos para a formação de jovens e adultos no que tange às práticas corporais?

Lembramos que, há algum tempo, Bracht (2001, p.69)²⁹ identificou a “orfandade da Educação Física escolar”, à medida que se esgotara a sua contribuição histórica para a consolidação do projeto liberal-burguês; o autor fez-se então uma pergunta-chave, muito apropriada, neste momento, à discussão sobre nossa presença (ou não) e nosso papel no ensino médio: *“como é possível encontrar ou construir fundamentos para justificar a Educação Física no currículo escolar [do ensino médio] hoje?”*

Essa foi a pergunta que Motrivivência fez aos pesquisadores da área, como chamamento para a constituição de uma seção temática que integraria uma das edições da revista em 2017. Para nossa felicidade, mais uma vez a comunidade acadêmica atendeu ao nosso chamado e contribuiu com a submissão de dezesseis (16) textos, entre relatos, ensaios e pesquisas. Com a ajuda dos nossos avaliadores permanentes e *ad hoc*, a

27 Tema que já foi objeto de uma seção temática da revista, em 2016; ver em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/2427/showToc>

28 É consenso que, em muitos aspectos, o “novo” ensino médio se assemelha e muito do ensino profissionalizante obrigatório no então segundo grau, imposto pela LDB 7692/71, dos não saudosos governos da ditadura militar.

29 BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, Francisco (org.). **Educação Física escolar: política, investigação e intervenção**. Vitória: PROTEORIA, 2001

comissão editorial selecionou um conjunto qualificado de sete (7) manuscritos que compõem a presente seção temática.

Nossos agradecimentos a todos os autores que nos prestigiaram enviando suas produções e também pela compreensão de que, numa seção temática, uma seleção é necessária, considerando diversos fatores, inclusive o espaço disponível para a publicação da seção na edição da revista que a contém.

As seções permanentes de Artigos Originais e Porta Aberta, respectivamente com oito (8) e cinco (5) textos, completam a essa edição. Nelas, encontramos estudos sobre temas, enfoques e metodologias variadas, com contribuições de pesquisadores de diferentes instituições/regiões.

A capa dessa edição é mais uma contribuição do prof. Marcio Romeu Ribas de Oliveira (UFRN) e colaborador da revista. Ela traz o registro de um momento significativo, em que crianças da comunidade quilombola Capoeira dos Negros, em Macaíba/RN, assistem a uma roda de capoeira em comemoração ao dia da Consciência Negra (novembro/2016).

Nossa seção de homenagens destaca neste número o professor italiano Pier Cesare Rivoltella, da Universidade Católica Del Sacro Cuore, de Milão, em texto produzido pela profa. Monica Fantin, da UFSC. Rivoltella é membro do nosso Conselho Científico e um reconhecido estudioso do tema da mídia-educação. Ele tem feito exitosas aproximações com a Educação Física do Brasil, tendo inclusive recebido, para estágio de doutorado-sanduiche, vários colegas da área, como os professores Rodrigo Ferrari, Iracema Munarim, Ari Lazzarotti Filho e Rogério Santos Pereira, todos colaboradores da Motrivivência.

Cabe ainda registrar nossos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC e ao Centro da Rede CEDES de Santa Catarina pelo apoio a mais essa edição da Motrivivência, colaboração inestimável para que possamos manter nossa regularidade e periodicidade.

Diante do que expomos no decorrer desse editorial, chegamos à conclusão propositiva de que não há outro caminho senão retomar a força das manifestações e nesse sentido deixamos dois recados em forma de versos: o “primeiro”, um verso de cordel³⁰, traz um lembrete sobre a ética na política impostas pelo o governo golpista e ilegítimo de temer, “o exterminador do futuro”, cujo conteúdo deve ser ensinado nas escolas, para além da ideologia da “Escola sem Partido”:

*Não desejo ao pior inimigo
Um amigo como Michel
Indecente, incorreto e infiel
Incapaz de honrar com um só artigo
Ele é bem pior do que papa-figo
É um câncer em forma de tumor
Ele é a asma em noite de calor
É pior que gangrena e dor no peito
Meu colega de chapa nesse pleito
Transformou-se no grande traidor*

30 Mestre Bule Bule. **Golpe 2016**: Meu colega de chapa nesse pleito, transformou-se no grande traidor. Aracaju, 2016. s/d. (FACEBOOK.COM/BULEBULE)

O “segundo” verso de cordel, do mesmo autor, reitera o primeiro, apontando “luz no fundo do túnel”, no sentido de reverter o quadro das reformas destrutivas da subjetividade dos trabalhadores empobrecidos, em especial dos trabalhadores da Educação/Educação Física. O poema nos convida para continuar as lutas nas ruas, praças e becos das cidades, contra o presente e o futuro do presente da política no Brasil. Assim, o verso, poderá servir para que nossas esquerdas, finalmente, se aliem contra a “conciliação de interesses e de classe” na perseguição de eleições “diretas já” e Fora temer!

*(...) Mas há sempre uma candeia
Dentro da própria desgraça
Há sempre alguém que semeia
Canções no vento que passa
Mesmo na noite mais triste
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não*

Desejamos uma leitura crítica, prazerosa e propositiva dessa edição, na expectativa de que os escritos possam ter relevância acadêmico-social e servir de incentivo para a realização de novas pesquisas e reflexões.

Florianópolis/SC, setembro de 2017.

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira
Editores